TL295-3D

A Igreja e Timor-Leste

Grupo Paz e Justiça para Timor-Leste

Foi com alegria que soubemos destas Jornadas, as segundas Jornadas de Timor da Universidade do Porto "Timor-Leste, Terra de Esperança". É com alegria que nelas participamos.

Queremos começar por saudar a Universidade no seu Reitor bem como todos os que tornaram possíveis estas Jornadas.

"Paz e Justiça para Timor-Leste" é um grupo de cristãos da diocese do Porto que um dia ousou deixar-se sensibilizar e encantar por Timor e suas gentes. Aqui queremos deixar um pequeno contributo, em jeito de alguém que na sua pobreza quer participar em tão grande acontecimento. Da pobreza e simplicidade da comunicação pedimos desculpas, com a certeza porém que aqui aprenderemos muito. E tudo para continuarmos a ser gente, gente que sabe que a solidariedade humana é um campo de realização, gente que acredita que assim está a ser fiel à sua fé.

O nosso trabalho divide-se em três pontos:

. A Igreja e Timor: actuação, omissões e esperanças

. A Igreja e a sua missão na história, missão de todos os crentes na construção de uma sociedade de pessoas livres

. "Paz e Justiça para Timor-Leste" e perspectivas de trabalho

A Igreja e Timor: actuação, omissões e esperanças

Os católicos timorenses representavam cerca de 30 % da população da antiga colónia portuguesa por altura da invasão indonésia. O território formava uma diocese única cujo bispo era também português.

Entre 1975 e 77, seis padres acompanharam as populações que se refugiaram no interior e permaneceram nas zonas controladas pela resistência enquanto a maioria da população aí se mantinha. Nas missões ocupadas pelos indonésios a Igreja assumiu funções de acolhimento aos perseguidos e às vítimas das violações dos direitos humanos.

É pelo testemunho corajoso de muitos padres, missionários(as) e religiosos(as) que o mundo vai sabendo o que se passa em Timor Leste.

Como dizia o Conselho Presbiterial e o Administrador Apostólico da Diocese de Dili, na sua reflexão para o dia mundial da paz de 1985: "O que nos leva a esta tomada de posição é a consciência de um dever sagrado de fidelidade à própria missão divina da Igreja e da fidelidade absoluta ao Povo a quem somos enviados para anunciar a Verdade, a Justiça, o Amor e a Dignidade da Pessoa Humana, segundo o espírito do Evangelho e a doutrina social da Igreja".

Não podemos deixar aqui de referir o trabalho clarividente e corajoso de D. Martinho Lopes como administrador apostólico em Dili. Aqui a nossa palavra de admiração.

A questão de Timor-Leste, à medida que foi sendo conhecida, foi gerando movimento de solidariedade. Assim, no seio da Igreja, aparecem grupos com objectivos que, embora diferentes nalguns aspectos, giram em volta da denúncia da situação trágica em que vivem milhares de timores, gestos de solidariedade, acções de sensibilização pública e no interior da própria igreja, acções de pressão sobre as instâncias de poder com competência para a resolução política da situação.

Destacamos os grupos:

. A Paz é Possível em Timor-Leste

Organização nascida em 1982 com a finalidade de dar a conhecer a situação geral de Timor-Leste e os apelos vindos da Igreja timorense.

Constituido por cristãos de várias confissões, o grupo dinamiza núcleos que, em Portugal e no estrangeiro, se preocupam pelo problema de Timor-Leste.

Para além de dossiers sobre assuntos específicos, publica regularmente um boletim em português e em francês. Uma versão em inglês ganhou autonimia e é actualmente publicada pelo Instituto Católico para as Relações Internacionais - CIIR

(contacto: Rua Castilho, 61 - 2º Dto - 1200 LISBOA. Para correspondência, Rua Campolide, 215 - 4º Dto - 1000 LISBOA)

. Grupo de Solidariedade com Timor-Leste (de Lourosa)

Este grupo de Lourosa nasceu em finais de 1980 a partir de uma tomada de consciência da situação em Timor-Leste e dos refugiados timorenses, nomeadamente os do Vale do Jamor, em Lisboa.

O grupo leva a efeito várias acções de divulgação da informação na região onde está inserido. Participa nas iniciativas de outros grupos de solidariedade, publica o boletim "Maranatha".

(contacto: Centro de Solidariedade Cristã Maranatha. Av. S. Salvador, 1200 - 4415 CARVALHOS)

. Movimento Cristão para a Paz

Presente em Portugal a partir de 1973, o Movimento Cristão para a Paz afirmou-se desde o início pelos Campos de Trabalho voluntário no nosso país e no estrangeiro.

Actualmente o MCP é um movimento de vocação nacional, que agrupa pessoas empenhadas num trabalho construtivo para a paz, à volta de motivações e manifestações muito diversas.

O Movimento Cristão para a Paz conta no seu seio com vários grupos locais em Coimbra, Cartaxo, Penafirme e Lisboa que desenvolvem ao nível local actividades da mais diversa índole.

Em Portugal para 1990 estão previstas actividades como: Congresso Nacional; acções de solidariedade e sensibilização com Timor-Leste (petição, enconytros, debates, exposição, espectáculo, informação); estágio sobre "Os novos fundamentalismos"; campanha contra os brinquedos de guerra; campos de trabalho voluntário; intercâmbio de jovens a nível europeu; teatro de mensagem e intervenção; formação de animadores; participação em actividades internacionais.

(contacto: Rua Cidade de Poitiers, 44-1º - Monte Formoso - 3000 COIMBRA, tel 039/491668)

. Paz e Justiça para Timor-Leste

Grupo de solidariedade com Timor-Leste formado por cristãos da diocese do Porto. Surgiu em princípios de 1985 na sequência de uma jornada de reflexão sobre a Igreja em Timor Leste em 1.12.1984.

Tem organizado sessões públicas em paróquias, em organizações culturais, na Universidade do Porto e noutras instituições.

Edita regularmente o boletim "Paz e Justiça para Timor-Leste".

Publicou várias brochuras, nomeadamente "Uma introdução à Indonésia" (1985), "Timor-Leste - caminhos para a Paz" (1986), "Timor-Leste em ano de viragem" (1987), "Igreja católica em Timor-Leste" (1987).

(contacto: Igreja da Pasteleira - 4000 PORTO)

Antes da contribuição destes grupos já tinham surgido movimentações de organizações cristãs da Austrália e artigos isolados na revista dos Jesuitas "Études", ou publicados pelo Instituto Católico para as Relações Internacionais (CIIR), de Londres. Os Movimentos Pax Christi e Pax Romana intervêm na Comissão dos direitos Humanos da ONU, em defesa do povo timorense.

Em 1984, o Conselho Permanente do Episcopado Português pronuncia-se pela primeira vez sobre a situação, com toda a clareza. E reafirma as suas convicções aquando da visita papal: "Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma identidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada. Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lho traduz-se não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, "cultural" este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras".

De notar também a referência pública à questão pelos bispos portugueses, nomeadamente de Setúbal, Braga e Coimbra, o trabalho continuado ao longo destes anos das Comissões Justiça e Paz nacional e estrangeiras, de bispos e Conferências Episcopais estrangeiras, dos

movimentos da Acção Católica e de algumas publicações como as revistas Além-Mar, Mensageiro de Santo António, Caritas, Boa Nova, da Voz Portucalense (publicação da diocese do Porto), revista "Bíblica", etc.

Referimos ainda as "Consultas cristãs" levadas a cabo na Europa, sendo a quarta em Lisboa.

Muito haveria a acrescentar acerca dos gestos de solidariedade que vão crescendo, mas também doloroso é o silêncio do muito que haveria para contar se levada a sério fosse a afirmação da Conferência Episcopal Portuguesa, de 1984: "Convicta, ao mesmo tempo, da autoridade divina que lhe advém da sua missão específica e da autoridade humana que lhe advém da sua actuação histórica em Timor, a Igreja pode e deve fazer ouvir a sua voz, para que cessem as injustiças de que padece o povo timorense e ele possa, por si, em paz e liberdade, determinar o seu futuro."

A falta de informação para alguns, uma certa concepção de "prudência" e dos "interesses" da Igreja para outros, remeteram as Igrejas fora de Timor ao mesmo silêncio. "Também confessamos que ainda não compreendemos porque razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor-Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro. Vendo a extensão da tragédia do povo de Timor-Leste (...), ficamos assombrados com o silêncio que parece permitir que morramos abandonados", escreviam os religiosos timorenses aos religiosos indonésios em 1981.

Em Outubro passado João Paulo II visitou o território de Timor-Leste. Esta visita fez correr muita tinta na sua preparação, no seu anúncio e na sua realização. Quase tudo não foi pacífico e nalguns aspectos lamentável. Se por um lado foi pastoralmente "positivíssima" (D. Ximenes Belo ao jornal Público, de 25 de Abril passado), razão e motivo para internacionalizar Timor (lembremos o envolvimento e eco da imprensa internacional), para afirmação inequívoca dos direitos humanos (discursos em Jakarta e Timor), não deixam de ser lamentáveis os "equívocos" na sua programação e anúncio, bem como o silêncio perante o drama presenciado em Timor-Leste.

Remetemos ainda para a Carta Aberta que dirigimos a Sua Excelência o Senhor Presidente da República em 6 de Abril passado, a propósito da sua visita ao Vaticano, em 27 de Abril (apresentada em anexo), onde outros acontecimentos recentes igualmente preocupantes quanto às posições da Igreja em relação a Timor-Leste são referidos.

Assumimos naturalmente, como cristãos, estes erros, deturpações tendenciosas, silêncios. Afirmamos todavia que o Espírito continua mesmo assim presente não só na história como nesta Igreja feita de homens, num apelo permanente à justiça e à Paz, e num estar ao lado daqueles a quem não foi reconhecida a dignidade de ser gente e se querer levantar e conduzir os seus destinos em liberdade e paz.

Manifestamos a nossa alegria por vermos e sentirmos a vida em grupos que desenvolvendo acções em defesa dos direitos humanos e não fazendo referência explícita à fé em Jesus Cristo, são para nós manifestação do Espírito no mundo (Amnistia Internacional, Comissão para os Direitos do Povo Maubere,...). Mais nos alegramos por muita gente com quem nos é dado conviver, que nos ensina, a todos, o que é morrer um pouco todos os dias em fidelidade aos seus amigos que em Timor esperam a Justiça e a Paz.

A Igreja e a sua missão na história, missão de todos os crentes na construção de uma sociedade de pessoas livres

Do que atrás fomos expondo gostaríamos de sublinhar que a Igreja não se limita à palavra ou tomadas de posição da Conferência Episcopal ou dos bispos isoladamente. Ela é também todo este trabalho que procuramos ilustrar. As tomadas de posição da hierarquia não tiram o direito e até o dever dos baptizados (cristãos) individual ou colectivamente se manifestarem. A Igreja não se limita à sua hierarquia. Ela é todo um povo, feito de baptizados. Ela é chamada no hoje da história a dizer e fazer o Reino de Deus. Fá-lo de variadas maneiras. Uma das mais excelentes é a luta , defesa e promoção dos direitos das pessoas. Este dizer o Reino de Deus passa naturalmente por gestos de solidariedade prática, bem como pela denúncia de situações opressoras. Isto o deve fazer a Igreja no seu

todo, seja qual for o contexto sócio-político onde vive. Deve procurar manter sempre vivo este desejo de Jesus Cristo que muito bem Paulo VI traduziu: "construção de uma civilização de amor".

Sem sermos maçadores, diremos que, do Concílio Vaticano II até hoje, são muitos os documentos públicos da Igreja onde se afirma todo este dever missionário e assim compromisso de toda a Igreja em realizar entre os homens uma sociedade de irmãos. Por isso, bem estranhamos a atitude passiva e omissa de muitos crentes. Por isso, bem sentimos com amargura as omissões ou dúbias tomadas de posição de membros da Igreja.

"Tendo recebido o encargo de manifestar ao mundo o mistério de Deus, que brilha em Jesus Cristo, ao mesmo tempo, a Igreja descobre o homem ao homem, esclarece-o acerca do sentido da sua existência, abre-o à verdade total acerca dele e do seu destino. Nesta perspectiva, a Igreja é chamada, em virtude da sua própria missão evangelizadora, a servir o homem", assim se lê na exortação "os Fiéis Leigos" de João Paulo II (36). E recordando a sua encíclica Redemptor Hominis continua a exortação citada: por isso, o homem "é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no desempenho da sua missão: ele é o caminho primeiro e fundamental da Igreja. Caminho traçado pelo próprio Cristo, caminho que inevitavelmente passa através do mistério da Encarnação e Redenção". Este o caminho da Igreja, que como se pode ler na Constituição Pastoral da Igreja (G.S., 40) "não se limita a comunicar ao homem a vida divina; espalha sobre todo o mundo os reflexos da sua luz, sobretudo quando cura e eleva a dignidade da pessoa humana, consolida a coesão da sociedade e dá um sentido mais profundo à quotidiana actividade dos homens." E assim desta maneira e neste jeito de estar a Igreja "muito pode ajudar para tornar mais humana a família dos homens e a sua história."

A tarefa central e unificadora que a Igreja deve prestar ao mundo pode resumir-se em "descobrir e ajudar a dignidade inviolável de cada pessoa humana" (C.F. 37). Aqui encontramos um bom resumo do serviço que a Igreja deve prestar ao mundo de hoje. O V Simpósio dos Bispos da Europa, reflectindo sobre o fundamento da cultura moderna e a sua situação, afirmou: "Falamos dos grandes valores que constituem o património da herança europeia: a unicidade da pessoa, a sua dignidade, a sua liberdade, a igualdade entre todos, o sentido democrático, o respeito pelos direitos

fundamentais do homem, a justiça social, a solidariedade, a ciência e o progresso".

De muitos modos a Igreja no seu todo deve intervir na história. Uma das maneiras privilegiadas é o exercício prático da Caridade. Esta ama e serve a pessoa. Porém nunca pode nem deve ser dissociada da Justiça: "uma e outra, cada qual à sua maneira, exigem o pleno reconhecimento efectivo dos direitos da pessoa, a que é ordenada a sociedade com todas as suas estruturas e instituições" (D. in M., 12). Assim a Igreja nesta clara incarnação na história através dos seus membros deve procurar reconhecer os direitos de cada pessoa.

Uma maneira excelente para servir a pessoa e a sociedade é a sua actividade e participação política que deve ter como fim "promover orgânica e institucionalmente o bem comum", que deve ser baseado "como bem de todos os homens e do homem todo, bem como oferecido e garantido para ser livre e responsavelmente aceite pelas pessoas tanto individualmente como em grupo" (C.F., 42). "Uma política em favor da pessoa e da sociedade encontra a sua linha constante da acção na defesa e na promoção da justiça, entendida como "virtude", para a qual todos devem ser educados, e como "força" moral que apoia o empenho em favorecer os direitos e os deveres de todos e de cada um, na base da dignidade pessoal do ser humano" (C.F., 42).

"Estilo e meio de realizar uma política que tenha em vista o verdadeiro progresso humano é a solidariedade: esta pede uma participação activa e responsável de todos na vida política: todos e cada um somos simultaneamente destinatários e protagonistas da política." (C.F., 42). E relembrando a noção de solidariedade da sua encíclica "Sollicitude rei socialis" diz que esta "não é um sentimento de vaga compaixão ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinaçãofirme e preserverante de se empenhar pelo bem comum" (38). E acrescenta: "a solidariedade ajuda-nos a ver o outro - pessoa, povo ou Nação- não como um instrumento qualquer para explorar a pouco custo a sua capacidade de trabalho e resistência física ... mas para o fazer participante, como nós, do banquete da vida, a que todos os homens são chamados por Deus" (S.R.S., 39). A paz aparece pois como fruto desta actividade política solidária.

"Ao lado do bem comum e da pessoa, a solidariedade aparece, pois, como princípio fundamental do agir político em ordem ao bem comum", comenta P. Arnaldo de Pinho.

Pela sua fé, pela sua participação em Cristo, atendendo aos dramas humanos e nestes aos mais desprotegidos, permanentemente a Igreja é chamada a intervir através de respostas práticas. O projecto divino de Deus necessita, para fazer história e História de Salvação, de uma actuação clara, que deve passar pela afirmação inequívoca da dignidade da pessoa humana e seus direitos, o que muitas vezes se faz pelas formas como a sociedade se encontra organizada. Razão tem Xanana Gusmão quando em 1986 escreve aos padres timorenses: "Realmente, a Igreja não "faz política" no estrito sentido da palavra mas a Igreja, por outro lado, não pode colocar-se fora, não pode abstrair-se dum processo em que ela (i.e., os seus elementos) está integrada, pois esses elementos (representantes ou clero) fazem parte (e parte viva) de uma sociedade na qual está inserida."

Ou as palavras de D. Ximenes Belo a um jornal quando lhe perguntam se foi repreendido pelo Vaticano pela sua carta ao Secretário Geral das Nações Unidas: "Sim. Não temos o mesmo ponto de vista. Eles acham que eu faço política. Se estivesse em Roma, talvez pensasse o mesmo que eles. Mas vivo aqui. Vejo o sofrimento das pessoas e partilho-o. Era meu dever de pastor escrever essa carta."

Na história do povo mártir de Timor-Leste, a Igreja, pelos seus Bispo, Padres e Leigos, tem tido um trabalho e acção de louvar. Aqui queremos homenagear a resistência timorense e também a resistência da Igreja em Timor, queremos louvar e assim solidarizarmo-nos com Ximenes Belo, seus padres e fiéis pela sua actuação em Timor, bem como pelas suas tomadas de posição pública. Num rápido olhar pela última entrevista de Ximenes Belo ao jornal Público, de 25 de Abril passado, admira-nos, numa terra ocupada, a coragem quando denuncia a dificuldade de receber informações do exterior ("não temos comunicação, não temos jornais, não temos nada"); quando fala da desilusão do povo timorense acerca do acordo para a exploração de petróleo no mar de Timor ("o povo não ficou satisfeito. Como é que se passou assim por cima das leis internacionais, dos acordos que se fazem...) e da desilusão que causa a posição portuguesa ("porque é que não

se ouve nada sobre a posição portuguesa"); quando, referindo-se a Portugal, fala da "diplomacia apagada" ("a coisa está muito apagada, digamos assim"); quando fala da sua carta ao Secretário Geral da ONU pedindo a realização de um referendo ("a carta ainda lá está, para a consideração dos senhores do mundo" e continua "actualíssima")

Perspectivas de trabalho

A Igreja e seus grupos deve continuar o seu trabalho. Mesmo que seja simples: acções pequenas, pequenos gestos de solidariedade prática com Timor. Para além dos silêncios, omissões, oscilações e ambiguidades, recuos e avanços face a Timor por parte da Igreja, e nesta a de Roma, animados pelo Evangelho e pelo Espírito de Jesus Vivo, apoiados no Magistério, devem os grupos continuar o seu trabalho.

O nosso trabalho encontra-se fundamentado na fidelidade ao Magistério da Igreja. É lá, e a propósito desta nossa preocupação e actuação em favor de Timor, que lemos "o direito a existirem e a desenvolveram a sua cultura numa linha que pode adquirir diversas formas desde a autonomia cultural à autonomia política ou independência, tendo em conta a vontade popular". (cf. Encíclica Pacem in Terris, Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1989 "para construir a paz respeitar as minorias").

O grupo "Paz e Justiça para Timor-Leste", grupo composto por cristãos da Igreja no Porto, como programa de solidariedade com Timor entende dever continuar a sua acção:

1. Manter viva e presente no interior da Igreja a questão de Timor: divulgando informação, procurando sensibilizar a Igreja no seu todo para o que se passa em Timor, propondo acções de solidariedade, celebrando datas ou acontecimentos importantes, apelando aos cristãos para rezarem por Timor.

2. De uma maneira particular, manter contactos mais estreitos com a hierarquia da Igreja portuguesa.

3. Ter presença activa junto das publicações da Igreja.

4. Participar nas comemorações dos Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas.

5. Manter ligação a grupos afins e grupos de Igreja com projecção nacional para trabalho comum.

6. Participar e colaborar em acções de estudo ou de sensibilização da população portuguesa para Timor-Leste.

7. Continuar a desenvolver uma acção junto das instâncias nacionais com relevo para a Presidência da República, Governo e Parlamento, a quem compete a condução política da questão de Timor, segundo a Constituição Portuguesa.

8. Procurar uma maior atenção aos refugiados timorenses em Portugal. Julgamos ser necessário e urgente a promoção humana e intelectual dos timorenses em Portugal. Aqui um grande campo para o qual todos devemos olhar, quer ajudando-os a manter viva a sua cultura e identidade de povo (sobretudo junto das crianças e dos jovens), quer num trabalho de preparação de futuros quadros.

É com olhos de esperança que olhamos para Timor. Acreditamos que os homens saberão dar as mãos, saberão encontrar caminhos para repor a verdade e a justiça, sobretudo saberão deixar que o povo em Timor de maneira livre escolha o seu caminho. Acreditamos no valor das instituições democráticas e por isso ousamos esperar uma actuação empenhada no cumprimento do disposto na Constituição Portuguesa sobre Timor. Acreditamos enfim que o Espírito de Jesus Vivo continuará a dar forças à Igreja em Timor para se manter fiel às suas gentes.